

## **Feira de Santana entre o movimento de 1930 e o golpe do Estado Novo: política nas mesmas mãos (1929-1937)**

*Kelman Conceição da Silva<sup>1</sup>*

Graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

E-mail: kelman24@hotmail.com

**Palavras-chave:** Feira de Santana. Governo Vargas. Sujeitos políticos. Poder local.

Agitações que envolveram a eleição presidencial de 1930 no Brasil têm indicadores nos dissídios que envolviam as eleições dos anos anteriores. Há um relativo período de estabilidade na eleição e gestão de Washington Luís, e em 1929 iniciaram-se discussões sobre o pleito de março do ano seguinte. A presidência do Brasil estava sob o comando de um paulista, que devido ao acordo político entre os estados de São Paulo e Minas, esperava-se que ele indicasse o nome de um mineiro para sua sucessão. Os debates envolviam o nome de Antonio C. de Andrada, governador mineiro, mas W. Luis indica o nome de Julio Prestes, outro paulista.

Os grupos de oposição reorganizam-se, formaram a Aliança Liberal (AL) e, contando com o apoio de Minas, lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. A campanha aliancista procurou espelhar os desejos das classes dominantes regionais, não ligadas ao núcleo cafeeiro. Em Feira de Santana, na primeira gestão de Elpídio Nova (1928-1931), ele e Arnold Silva, que ocupava o cargo de Conselheiro Municipal e presidente do Conselho no ano de 1929,<sup>2</sup> nessa época já com seu prestígio político consolidado na cidade, convocam para uma reunião alguns políticos e sujeitos também de expressão política na cidade com o objetivo de tratar acerca das eleições de março de 1930. O então governador da Bahia, Vital Soares, era candidato a vice-presidente na chapa de Julio Prestes. Iniciando os trabalhos

disse o Dr. Elpídio Nova, que aquella reunião era essencialmente política, descrevendo a acção que se effectua em todo o paiz com os aprestos para o pleito que se vae ferir dentro em poucos meses. Referiu-se à lealdade partidária de Feira de Sant'Anna, cujos expoentes eleitoraes sempre têm

---

<sup>1</sup> Pesquisadora voluntária do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (UEFS).

<sup>2</sup> Ata da Sessão Solene de posse dos Conselheiros Municipais eleitos para a renovação da metade do Conselho na Legislatura de 1928 a 1930, Intendente Municipal no biênio de 1928 a 1929 e preenchimento de uma vaga no Conselho, em 01 de janeiro de 1928.

formado uma legião dos que defendem os reais interesses do regime em renome da Bahia (FOLHA DO NORTE, 05 out. 1929, p. 1).

Este comitê, que tinha como intento trabalhar pela eleição de Julio Prestes e Vital Soares, foi constituído por políticos e nomes importantes de Feira, sendo eles: Dr. Elpídio Nova, advogado; Cel. Arnold Silva, um dos donos do periódico *Folha do Norte*; Eduardo Motta, fazendeiro; Mendes de Aguiar, professor; Honorato Bonfim, médico; José Alves Boaventura, fazendeiro; Valentim José Souza Barbosa, Amarílio Cavalcante, médico; Heráclito D. de Carvalho, delegado da cidade e João Martins da Silva, fazendeiro. Muitos destes fazem parte da política de Feira desde a década de 1920 e alguns ainda em período anterior.

Em 1º de março de 1930 as eleições ocorrem em todo o país e às candidaturas oficiais vencem nas urnas. Entretanto, mesmo com a vitória assegurada pelo voto não tomam posse. Segmentos de oposição, entre eles Minas e Rio Grande do Sul, articulam-se tendo como meta impedir essa posse e promover mudanças no sistema político, e conduziram o movimento que ficou conhecido como a “Revolução de 1930”. Em 24 de outubro W. Luís é deposto e uma junta militar assume o poder que posteriormente foi transferido para Vargas. Às vésperas da “Revolução de 1930”, a Bahia, que acabara de eleger o vice-presidente da República, experimentava um período de certa estabilidade política.

A campanha aliancista em Salvador foi manifestada pelo ex-governador J. J. Seabra, único nome expressivo da política baiana que “se identificou” com os aliancistas, e liderava à distância um pequeno grupo de políticos e jovens acadêmicos junto com Leopoldo do Amaral. “Manifestava-se através de *O Jornal*, que, sob a direção de Leopoldo do Amaral, voltou a circular 28 de setembro de 1929” (NOVAIS, 1998, p. 222). Segundo Silva (2000), essa adesão de J. J. Seabra deveu-se muito mais a dissidências políticas locais do que propriamente a uma identificação com a A. L. A sucessão presidencial de 1930

conduziria a Bahia a uma posição de relevo no cenário político nacional, caso a chapa situacionista vencesse. A “Revolução de 1930” desfez esta perspectiva de acomodação e bem-estar. Não havia porque as elites políticas estaduais aderirem a um movimento que desalojava seus membros mais representativos do aparelho de Estado (SILVA, 2000, p. 26).

Fortemente subsidiados pelo governo federal, alguns coronéis baianos enfrentaram as investidas da A. L. Tudo fazia crer que W. Luís iria conter o movimento, mas a ordem foi subvertida. Com os militares assumindo o poder, a situação torna-se irreversível e logo

começaram as congratulações públicas pela vitória do movimento externadas em jornais de todo o país. Em Feira ainda na gestão de Nova

a vitória do movimento revolucionário foi festejada [...] com uma imponente passeata cívica a noite no domingo último.

Conduzindo o triunfo o pavilhão nacional e aos sons de vibrantes dobrados executados pela philarmônica “Euterpe Feirense”. Verdadeira multidão percorreu as ruas (FOLHA DO NORTE, 01 nov. 1930, p. 1).

Felicitações manifestadas pelo mesmo jornal que meses antes do movimento de 1930 publicou a convocação de Nova e Silva a políticos e figuras de notoriedade de Feira, a organizarem-se para dedicar-se à fórmula Julio Prestes e Vital Soares. Utilizaram o espaço do jornal para divulgar que no período destas eleições, os políticos de Feira não só estavam do lado do governador da Bahia, como se empenhavam para que ele fosse eleito o vice-presidente do Brasil. E meses após as eleições esse mesmo grupo político mostra-se favorável aos segmentos que impediram a posse dos candidatos que eles mesmos trabalharam para eleger. Posicionamentos distintos de um mesmo bloco político, que diante das primeiras mudanças na política do país e do estado, após o movimento de 1930, rearticulam-se em defesa da conservação e sobrevivência de seu domínio político.

Com a instituição jurídica do Governo Provisório iniciam-se os reordenamentos do poder em todo o país. Na Bahia a tônica destas mudanças foi dada pela chegada dos Interventores nomeados por Vargas como gestores dos estados. Os interventores foram nomeados e retirados, conforme as concessões realizadas por Vargas. O primeiro interventor da Bahia foi Leopoldo do Amaral, que governa de 1º de novembro de 1930 a 18 de fevereiro de 1931. Seguido por Arthur Neiva que fica no comando de 18 de fevereiro de 1931 a 15 de julho de 1931. Após um breve intervalo, preenchido por Raimundo Barbosa, o tenente Juraci Magalhães foi nomeado por Vargas e assumiu o governo da Bahia, permanecendo no cargo até 1937.

Para Novais (1998), na Bahia, a questão da centralização do poder envolveu interesses em conflito, pois desde a mudança para o regime republicano políticos, historiadores baianos reclamavam a perda do prestígio político que a Bahia tivera e que fora agravado com a República. E mais do que lamentar esse incômodo, os baianos buscavam retomar essa representatividade (LEITE, 2005). “A ‘Revolução de 1930’ era um momento peculiar porque significou um novo grupo regional lidando com um novo governo federal e por isso um misto de uma política de acomodação com um conflito aberto” (LIMA, 2009, p. 65). J. Magalhães

mediou os “negócios” do movimento de 1930 às formas da sociedade oligárquica baiana, procurando assegurar uma nova ordem política.

Em Feira, Nova fica no governo até janeiro de 1931 quando “por decreto de 31 do p. p. o Sr. Dr. Interventor Federal<sup>3</sup> nomeou prefeito deste município o Cel. João Mendes da Costa. S. que foi presidente do comitê da Aliança Liberal nesta cidade, já exerceu vários cargos de confiança dos governos e de escolha popular [...]” (FOLHA DO NORTE, 10 jan. 1931, p. 1). As mudanças nos cargos da administração local eram esperadas, o que gerava manifestações dos líderes locais na busca por manterem-se no comando do poder na cidade.

Em 03 de janeiro de 1931, dias antes da nomeação de Costa para prefeito de Feira, o *Folha do Norte* (p. 1) publica uma reportagem mostrando “os dois grandes melhoramentos da Feira”: a inauguração da rede de energia elétrica e de telefonia no município. Tal nota divulgava o quão bem sucedida era a gestão de Nova e que, diante de tantos benefícios trazidos para a cidade, tirá-lo do cargo não seria bom para Feira. Sua saída da prefeitura viria interromper os avanços que a cidade vinha conseguindo com ele. Uma fala que pode ser lida como um apelar para permanência de Nova à frente do cargo, mas que não poderia apresentar-se como um desejo pessoal, e sim como algo de interesse para Feira.

Ao lado dessa reportagem segue uma comunicação do Interventor ao então prefeito, informando-lhe que ele depositara em suas mãos “as funções de prefeito deste município” (FOLHA DO NORTE, 03 jan. 1931, p. 1). Segundo o *Folha do Norte*, esta correspondência entre a interventoria do estado e a prefeitura de Feira é um reconhecimento das benfeitorias da gestão de Nova e que lustra o

cyclo brilhantíssimo de proveitosas administrações que a Feira de Sant’Ana ganhou com o predomínio dos elementos políticos que levaram o dr. Nova a governo da comum. Resta-nos pedir a Deus que inspire os dirigentes da Bahia na escolha e organização dos dirigentes municipaes, de modo que se não entrave o progresso crescente de muitas das melhores cidades bahianas, entre as quaes a nossa que, é bom lembrar, aprendeu nos últimos vinte annos a distinguir os bons e os maus governos (FOLHA DO NORTE, 03 jan. 1931, p. 1).

A vitória do movimento de 1930 deixava claro que haveria algumas modificações na política. As proporções dessas mudanças que eram desconhecidas, assim como de maneira iriam atingir o alinhamento do poder na cidade. Esses apelos ao governo do estado, como esta nota no *Folha do Norte*, para que ele o mantivesse na prefeitura do município, exemplifica as

---

<sup>3</sup> Interventoria de Leopoldo do Amaral.

vicissitudes políticas do período. Contudo, dias depois de enviar a correspondência para o então prefeito de Feira, Leopoldo do Amaral coloca Costa no cargo de prefeito.

J. Magalhães foi nomeado aos 26 anos, e era o mais jovem interventor do Brasil. Sua nomeação foi tida como insulto pelas elites dominantes baianas que almejavam ocupar os cargos políticos dentro do seu estado. Membros da elite política local, numa tentativa de evitar uma “afrota”, sugeriram o nome de J. J. Seabra para governar a Bahia, mas Vargas manteve o nome de J. Magalhães.

Quando J. Magalhães assume a interventoria da Bahia, o então prefeito de Feira enviava-lhe uma carta solicitando orientações. Costa, considerando-se um grande admirador das atitudes de Juraci diante dos acontecimentos pelos quais vinha passando o Brasil, não podia, segundo ele, “dispensar no momento em que me acho à frente dos destinos deste Município, a vossa sabia orientação para feliz êxito do meu governo”.<sup>4</sup> Isso nos aponta o início das aproximações entre o Interventor e políticos de Feira.

Os militares reivindicavam a conservação do poder nas mãos de Vargas e o adiamento da constitucionalização do Brasil. Os tenentes temiam que qualquer abertura colocasse em risco as posições que eles haviam conquistado, em oposição aos segmentos regionais que queriam uma Assembleia Constituinte e desejavam retornar às posições que ocupavam no pré-30.

Em maio de 1932 foi expedido o decreto que convocava a Constituinte, acirrando os conflitos que culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932, que ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo, ocorrendo uma luta armada. Em outubro de 1932 o levante chega ao fim, com seus líderes assinando sua rendição e a campanha eleitoral para a Assembléia Nacional Constituinte tomou conta do país. Procedimentos novos foram introduzidos pelo Código Eleitoral de 1932. Com as atenções em torno da Constituinte, J. Magalhães buscou fazer alianças com representantes das oligarquias baianas, porém sem sucesso. Todavia, persistiu na construção de uma base política para amenizar a oposição ao seu governo e parte para o interior da Bahia na cata de aliados, e aí sua investida foi bem sucedida. Promoveu arranjos com o coronelato baiano, organizou coligações político-partidárias e convocou líderes políticos locais para participar da convenção que daria origem ao Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, dos quais 151 municípios se fizeram representados (NOVAIS, 1998, p. 93). Os partidos foram organizados nos moldes regionais, indicando um retorno as práticas da República Velha. Não há uma evolução no processo

---

<sup>4</sup> Carta dirigida ao Exmo. Sr. Tenente Juracy Magalhães, D. D. Interventor Federal, em 30 de outubro de 1931 (Arquivo Juracy Magalhães, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC).

político-partidário, já que na base dessa estrutura permaneciam os líderes locais. J. Magalhães não consegue a pretensa unidade nacional e expulsar da política os velhos líderes, e as alianças que ele promoveu podem ser assinaladas como reconhecimento da força dos grupos locais.

Em janeiro de 1933, Silva escreve para J. Magalhães expressando seu desejo ingressar no PSD recém-formado pelo interventor e lhe dando os parabéns pelo êxito da instalação do partido. No telegrama em que Silva diz ao interventor que está pronto para incluir seu nome no diretório central do PSD, afirma que o faz “não só pelo programa como também pelos processos com que se apresenta, marca da verdadeira conquista, da renovação, do saneamento político”<sup>5</sup> da Bahia nesse período.

Nesse mesmo ano e mês é instalado um diretório do PSD em Feira, com uma sessão solene no Paço Municipal, sendo alvo de agradecimentos do próprio Vargas.<sup>6</sup> O diretório era composto por Cel. João Mendes da Costa, então prefeito de Feira, Arnold Silva, Eduardo F. da Motta, respectivamente presidente e vice-presidente do diretório local, Heráclito D. de Carvalho, Elpídio Nova, João Martins da Silva, Américo de Almeida Pedra, Leôncio Evangelista dos Santos, Álvaro Simões Ferreira, Antonio dos Santos Rubem e João Barbosa de Carvalho.<sup>7</sup> De que renovação política falava Silva ao dirigir-se a Juraci, com a formação de um diretório que abrigava os conhecidos nomes da política feirense e que, parte destes políticos em 1929 organizaram-se para trabalhar na eleição de Júlio Prestes e Vital Soares e que, formavam nesse momento, uma aliança por uma “Bahia una e forte”?

Nas deliberações da reunião do novo partido, Nova foi indicado unanimemente para ser o novo prefeito de Feira. Político que foi deposto deste mesmo cargo após a “Revolução de 1930”, retorna ao poder e assume sua segunda gestão frente ao governo da cidade, ficando no cargo até março de 1935. Nesse momento já encontravam-se num novo arranjo o divulgador da A. L. em Feira, o prefeito destituído do cargo no período imediato a vitória do movimento de 1930, membro com outros políticos feirenses do comitê pro Júlio Prestes-Vital Soares, unidos em torno do Interventor federal. O *Folha do Norte* publica nesse mesmo número que Costa anunciou durante as negociações do partido que iria renunciar ao cargo de prefeito, mas com as manifestações de J. Magalhães e do diretório local, ficou acordado que ele só seria substituído na prefeitura após a realização da Constituinte.

---

<sup>5</sup> Telegrama de Arnold Silva dirigido ao **Tenente Juracy Magalhães**, Dr. Interventor Federal da Bahia em 30 de janeiro de 1933 (Arquivo Juracy Magalhães, pasta Municípios – Feira de Santana – CPDOC).

<sup>6</sup> “Apraz-me agradecer comunicação saber haver sido organizado este Directorio e bem assim afirmação solidariedade seus dignos membros – Getúlio Vargas”. “A Bahia movimenta-se pelas eleições da Constituinte” (FOLHA DO NORTE, 21 jan. 1933, p. 1).

<sup>7</sup> Id.

Em consequência da Constituinte, grupos políticos dos estados da União movimentaram-se para a formação dos partidos e das candidaturas. Nessa ocasião o diretório do PSD em Feira, nas discussões dos nomes que iriam disputar a Constituinte, Silva indica o nome de Eduardo F. da Motta para ser um dos candidatos. Contudo, Motta recusa o convite por “motivos de ordem particular” ainda não identificados. Segundo Silva, diante da recusa de Motta, o diretório resolve indicar o seu “humilde nome”.

Silva comunica a J. Magalhães a sua indicação por meio de uma carta e, ao fazê-lo, explicita o quão conhecia os manejos do jogo político, reconhecendo que essa recém formada aliança partidária traria vantagens aos dois lados. Silva se diz “absolutamente identificado” com os ideais do interventor e que aceita a candidatura para ajudar a Bahia e não por “preocupação de destaque pessoal”, pois sempre possuiu “hábitos e desejos modestos”.

O *Folha do Norte* publica em 22 de abril de 1933, um manifesto do PSD onde o partido apresenta ao estado da Bahia os seus candidatos á Assembleia Nacional Constituinte. Entre os 22, apenas 4 não são políticos da capital e um destes é Arnold Silva, ao lado de Lauro Passos de Cruz das Almas, Manoel Leôncio Galvão de Areia e, Raphael de Castro Cicura, de Itaberaba (FOLHA DO NORTE, 22 abr. 1933, p. 1). Um indício que nos aponta a influência e o poder político de Silva reconhecido não apenas pelos políticos locais que o indicam, como também pelos membros do PSD e por Juraci que aceita sua candidatura. E que nos possibilita perceber a via de mão dupla que é o jogo político, haja vista que as investidas de Juraci pelo interior do estado tinham o objetivo de buscar apoio e formar um esteio político forte, e assim diminuir a hostilidade a sua administração. Dessa forma, não buscava-se o apoio de quaisquer lideranças, mas políticos que efetivamente pudessem lhe emprestar seu prestígio e poder político. Nessa situação de reciprocidade de “gentilezas” políticas, os líderes locais também se valiam da aproximação com o governo do estado para conseguir favorecimentos aos seus interesses políticos.

O Governo Provisório elegeu uma Comissão Constitucional, responsável por elaborar um anteprojeto da nova Carta, que deveria ficar pronto até 03 de maio de 1933, data das eleições da Assembleia Nacional Constituinte (FOLHA DO NORTE, 16 jul. 1934, p. 5). Este anteprojeto foi entregue aos constituintes para ser discutido. Criar esta comissão foi uma forma para que Vargas tivesse um determinado controle tanto sobre o conteúdo da nova constituição como do seu encaminhamento.

Foi decretado feriado nacional para a realização das eleições, e estas ocorrem na data marcada. A apuração é lenta, e aproximadamente depois de um mês da votação são divulgados os resultados finais, e Silva é eleito deputado federal pelo PSD da Bahia. Em

novembro de 1933 são iniciados os trabalhos da Constituinte, e estes duraram até julho de 1934. É também com a Assembleia Constituinte que é realizada a eleição de Vargas, por meio do voto indireto, como o Presidente Constitucional, dando fim ao Governo Provisório. Durante os meses de discussão na Constituinte, foram muitos os projetos que pleiteavam ver seus interesses atendidos na Carta. Os grupos oligárquicos defendiam que os estados deveriam cumprir um papel relevante; as “forças revolucionárias” desejavam preservar a centralização do Estado, o que também era amparado pelos tenentes. Atender a interesses tão diversos foi o maior dos desafios da Constituinte.

Em 16 de julho de 1934, quando é promulgada a nova Carta do Brasil, ela repercutiu de maneira positiva para o *Folha do Norte*. Segundo o periódico, a Constituição está “de acordo com as correntes sociológicas, que, no momento, dominam os círculos governamentais das nações civilizadas. N’ella estão firmados os direitos e deveres dos cidadãos” (FOLHA DO NORTE, 21 jul. 1934, p. 1). Sendo Silva um dos donos deste jornal e um dos deputados da Constituinte, são óbvias as razões das palavras elogiosas. Conforme orientação dada pelo interventor, Costa aguarda as eleições da Constituinte e, em 20 de maio de 1933, envia seu pedido de demissão do cargo de Prefeito de Feira (FOLHA DO NORTE, 20 maio 1933, p. 1). O pedido é aceito pelo interventor que em 29 de maio do mesmo ano nomeia Nova o prefeito da cidade (FOLHA DO NORTE, 03 jun. 1933, p. 1), que retorna aos espaços oficiais da política pela mesma tendência que o retirou em 1931.

Com o fim da Constituinte Nacional, iniciam-se os trabalhos para a realização da Constituinte da Bahia. Sob a liderança de J. Magalhães, o PSD contava com 24 diretórios municipais no estado. Em 25 de agosto acontece em Feira a Convenção Regional do partido que decidiria quais os candidatos à Constituinte Estadual. Procedida a votação, em que cada diretório tinham direito a um voto, foram eleitos como os representantes do partido na Constituinte Estadual Dr. Octaviano Pedreira da Silva, Dr. Elísio de Moura Medrado, Cel. Adriano de Lima Pedreira e Dr. Humberto Pacheco de Miranda (FOLHA DO NORTE, 20 maio 1933, p. 1). Esta concentração do PSD apoiava a candidatura de Juraci ao Executivo baiano, e manifestou seu apoio também nesta convenção regional do partido.

Em 06 de setembro de 1934, o Conselho Geral do PSD se reúne e indica seus candidatos para a Câmara Federal (FOLHA DO NORTE, 08 set. 1934, p. 1), entre eles Clemente Marianni, Medeiros Netto, Arthur Neiva, Attila Amaral e Arnold Silva. E foi lançada também a candidatura de Juraci para governador da Bahia. Nessa ocasião também é lançada à chapa do PSD para a Constituinte Estadual (FOLHA DO NORTE, 15 set. 1934, p. 1). Nova, então prefeito de Feira, e junto com Silva, eram os dois candidatos de Feira para a



Constituinte Estadual que se realizou em 14 de outubro de 1934. Juraci é eleito o novo Governador Constitucional, e Silva e Nova, são eleitos deputados estaduais.

J. J. Seabra, Pedro Lago, João Mangabeira e Octávio Mangabeira lançaram sua chapa de oposição a Juraci, *A Bahia ainda é a Bahia*, formando a Concentração Autonomista da Bahia. A corrente autonomista abrigava nomes de relevância na política baiana como os já mencionados Octavio Mangabeira e João Mangabeira, J. J. Seabra, Pedro Lago, Wanderley Pinho, Luis Vianna, Aloysio Filho Moniz Sodré, Raphael Menezes, Pedreira Maia, Antonio Gonçalves e Carlos Leitão (FOLHA DO NORTE, 15 set. 1934, p. 1). Sujeitos que constituíram-se enquanto oposição desde as primeiras medidas para a centralização político-administrativa estabelecida pelo movimento de 1930. O nome da chapa nos acusa a insatisfação desses segmentos por terem sido retirados do poder no pós-30. Esta corrente tornou-se, desde sua formação, uma força aglutinadora dos segmentos insatisfeitos com o alijamento do poder pelo governo varguista, e reivindicavam a autonomia do estado frente ao governo federal (SILVA, 2000).

Em 21 de fevereiro de 1935, J. Magalhães nomeia interinamente, Heráclito D. de Carvalho prefeito de Feira de Santana, e exonera Nova, que solicita sua própria exoneração, por ter sido eleito deputado, pelo PSD, para a Constituinte. Nesse mesmo ano o PSD lança a candidatura de Carvalho para prefeito de Feira (FOLHA DO NORTE, 28 dez. 1935, p. 1), e para os cargos de vereadores, os nomes de Áureo de Oliveira Filho, Américo de Almeida Pedra, Adalberto Constâncio Pereira, Álvaro Simões Ferreira, Eduardo F. da Motta, Filinto Marques de Cerqueira, Gonçalo Alves Boaventura, João Barbosa de Carvalho, João Martins da Silva, José Pinto dos Santos, Valentin José de Souza e João Marinho Falcão. Nas eleições, todos os candidatos aqui citados foram eleitos, formando uma gestão e uma bancada de partido único. Carvalho deixa de ser o prefeito nomeado para ser o prefeito eleito pelo voto direto.

O prefeito eleito e Eduardo F. da Motta, João Martins da Silva e Valentin José de Souza, fizeram parte do comitê pro candidatura Júlio Prestes-Vital Soares, período em que esses sujeitos mantinham ligações políticas com o governo estadual em mandato vigente. Em 1929 quando se discutia a sucessão presidencial, a coligação que atendia aquele momento político contou com a participação destes sujeitos que, na metade da década de 1930, já estavam agrupados no lado getulista.

As oligarquias regionais passam a subordinar-se ao poder central, perdem o controle direto ao governo do estado, mas subsistem como força local. Em Feira, o que observa-se no pós-30 é um reajuste interno entre as forças dominantes na cidade. A “revolução” de 1930

promoveu inicialmente algumas mudanças das figuras da política feirense. As lideranças locais aderiram às novas fileiras governistas como uma forma de manter seu domínio na cidade, e mesmo com uma alternância entre os sujeitos que estiveram em ascensão e queda à frente dos cargos políticos, não há perda significativa do poder político. Podemos afirmar que o que houve em Feira não foi nada de revolucionário, pois ao examinarmos quem são os indivíduos que conduziram a vida política feirense desde o último período da República Velha até o golpe do E. Novo, e mais adiante no fim do regime estadonovista, percebemos que não houve um deslocamento expressivo das forças políticas, subsistindo as mesmas lideranças. A “via revolucionária” não marca em Feira uma mudança brusca da elite no poder. Os agentes da política feirense promoveram contínuos rearranjos, equilibrando os interesses do novo regime com o conservadorismo das suas práticas políticas para garantir sua permanência no poder.

## Fontes

ARQUIVO JURACY MAGALHÃES. Pasta dos Municípios. Feira de Santana. *Carta dirigida ao Exmo. Sr. Tenente Juracy Magalhães, D. D. Interventor Federal, em 30 de outubro de 1931*. Rio de Janeiro/São Paulo: CPDOC-FGV.

\_\_\_\_\_. Pasta dos Municípios. Feira de Santana. *Telegrama de Arnold Silva dirigido ao Tenente Juracy Magalhães, Dr. Interventor Federal da Bahia em 30 de janeiro de 1933*. Rio de Janeiro/São Paulo: CPDOC-FGV.

FOLHA DO NORTE. Feira de Santana, n. 1.055, 05 out. 1929.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, 01 nov. 1930.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.120, 03 jan. 1931.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.121, 10 jan. 1931.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.227, 21 jan. 1933.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.240, 22 abr. 1933.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.244, 20 maio 1933.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.246, 03 jun. 1933.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, 16 jul. 1934.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.305, 21 jul. 1934.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.312, 08 set. 1934.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.313, 15 set. 1934.

\_\_\_\_\_. Feira de Santana, n. 1.380, 28 dez. 1935.

## Referências

CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*. In: REVOLUÇÃO DE 30: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e Historiografia*. 16 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1977.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEITE, Rinaldo Cezar Nascimento. *A Rainha Destronada. Discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

LIMA, Aruã Silva de. *Democracia contra o povo: Juraci Magalhães, Otávio Mangabeira e a UDN na Bahia (1927-1946)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

NOVAIS, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1998.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas: UNICAMP, 1994.

PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.